



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

**Thayná Luiza Valença da Silva**

**A EPIDEMIA SILENCIOSA DO ABANDONO PATERNO E SUAS CONSEQUÊNCIAS  
NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA**

**Rio de Janeiro**

**2022**

**Thayná Luiza Valença da Silva**

**A EPIDEMIA SILENCIOSA DO ABANDONO PATERNO E SUAS CONSEQUÊNCIAS  
NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA**

**Monografia apresentado à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo  
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial  
para aprovação no Curso Técnico em Gerência em  
Saúde.**

**Orientadora:** Monica Vieira.

**Rio de Janeiro**

**2022**

*Dedico esse trabalho a minha mãe, a minha vó e aos meus amigos que acompanharam toda a minha caminhada.*

## **AGRADECIMENTOS**

Para a produção dessa pesquisa foram necessárias diversas pessoas especiais, que apareceram para contribuir na força que precisei ter para me abrir e conseguir falar sobre o meu maior medo, tão discutido no decorrer dessa monografia, sem que eu me derramasse em lágrimas. Entretanto, não haveria espaço suficiente para agradecer a cada um e citar suas respectivas ações indispensáveis para o meu crescimento, não só pessoal, mas também acadêmico. Por isso, agradeço a cada um que sabe da sua importância, a todos os meus professores, mas principalmente a minha orientadora Monica Vieira por tamanha sensibilidade, dedicação, paciência e coragem.

Agradeço também a minha mãe, Priscila Valença, e a minha avó, Evangelina Valença, porque o que eu vivi não foi fácil, mas pude chegar até aqui através da força que foi me passada por meio dessas duas mulheres, o que me fez ser além de forte, corajosa. Essas duas me fizeram olhar para elas, entender a minha força, levantar a cabeça e falar “eu consigo”, mesmo que signifique olhar para um passado que durante anos tentei apagar de minha memória.

Agradeço também aos meus amigos, Andressa Santiago, Giovanna Pinheiro, Juliana Santos, Thais Oliveira e Thyago Minerva. Cada um de vocês possui um espaço essencial em minha história, o brilho no olhar e a empolgação em me ouvir falar sobre o meu tema foi fundamental em cada momento e em cada situação, me permitindo saber que estava no caminho certo.

*O mais escandaloso  
dos escândalos é  
quando nos  
habitamos a eles.  
(Simone Beauvoir)*

## **RESUMO**

Percebe-se, desde décadas passadas, que o papel da figura paterna foi e ainda é fortemente acolhido por uma cultura patriarcal, a qual lhe reserva uma posição de superioridade na construção da trama doméstica, formada em sua maioria por uma mulher e filhos. Essa visão patriarcal faz com que algumas atitudes, sobretudo provenientes da figura masculina, venham a ser naturalizadas e raramente questionadas pela sociedade. O objetivo do presente projeto de pesquisa é analisar o silenciamento da sociedade acerca do abandono paterno buscando compreender suas consequências nas trajetórias de vida no desenvolvimento do indivíduo. O projeto baseia-se na abordagem qualitativa e utiliza como estratégia de pesquisa a revisão da literatura tendo referência os descritores: patriarcado; abandono paterno; família; sociedade. Para isso, recorreremos a relatos disponíveis em estudos anteriores e plataformas públicas, para mapear a percepção das repercussões do abandono paterno, a partir de depoimentos públicos.

**Palavras-chave:** Patriarcado; abandono paterno; família; sociedade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO NO CENÁRIO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA PARENTALIDADE.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O PAPEL DA PATERNIDADE NO CUIDADO E DESENVOLVIMENTO DO FILHO(A).....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 4 – AS MARCAS DA AUSÊNCIA PATERNA NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA .....</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Escolar, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e divulgado em 2012, há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento, mesmo existindo a chamada “pensão alimentícia” a qual obriga o pai a se comprometer financeiramente com o filho. Entretanto, segundo Oliveira (2014), “[...] percebemos que estar em registro é limitada. Em outras palavras, percebemos que a paternidade enquanto função não se constrói pura e simplesmente com o nome oficializado em registro” (p. 89).

Portanto, percebe-se que somente essa lei não contribui o suficiente na criação do indivíduo e sozinha colabora no desdobramento de um padrão de paternidade, silenciando outras necessidades que serão expostas no decorrer do desenvolvimento da criança e/ou adolescente, podendo refletir até mesmo na fase adulta. Logo, o dever da figura paterna não abarca apenas uma dimensão material, mas, também a intelectual e a afetiva. Além disso, chama-se atenção que as duas primeiras formas de abandono estão previstas no Código Penal, mas, a última, no entanto, só começou a ser tratada na Justiça nos últimos anos (ARAGAKI, 2019).

Apesar dos números alarmantes envolvendo o abandono paterno, o fato da sociedade estar por anos inserida em um ambiente fortemente patriarcal, colabora para que a população naturalize o abandono paterno. Há um conjunto de fatores que sustentam a continuidade de um padrão de masculinidade que constrói um modelo nocivo de paternidade. Esse padrão defende, mesmo que intuitivamente, que a responsabilidade da criação dos filhos seria uma obrigação pertencente somente a mulher, mesmo quando casados (RIBEIRO, 2017). Conforme defende Ribeiro (2017), quando se aceita o fato de um pai abandonar um filho e automaticamente não é aceito que uma mãe viva a vida sem que seu filho seja o seu único motivo de existência, acaba-se por defender o privilégio de homens. A naturalização do privilégio dos homens na paternidade faz com que pais não-presentes sejam vistos como humanos comuns que erram, negligenciando, portando, a gravidade do abandono paterno, o que afeta diretamente no desenvolvimento da criança.

Conforme disserta Tamate (2021a), percebe-se no contexto brasileiro uma complexa dualidade entre social e biológico que caracteriza as relações entre pais e filhos, já que se pode presumir que “ser pai” para muitos significa exercer a função social de pai e essa expressão ganha ainda mais força ao entrar em contato com a expressão “pai é quem cria”, afirmando um sentido social da paternidade que poderia ser mais significativo do que o laço biológico do filho para com

o pai. Entretanto, Tamate (2021a), destaca que a importância do parentesco biológico é igualmente enfatizada no contexto de falas populares como “verdadeiro pai” ao se referir ao pai biológico. Assim, todas as definições acerca de um ideal de paternidade incidem diretamente na percepção dos filhos enquanto indivíduos privados da função social de seus pais biológicos.

Para fins deste estudo, será considerada a inexistência de amparo afetivo por parte do pai como norteador de pesquisa. Entretanto, é importante destacar que, infelizmente, percebe-se na sociedade uma grave visão única no que diz respeito à paternidade, mas que, no entanto, o papel paterno se desdobra de diversas maneiras. A ausência paterna pode-se referir também à inexistência de auxílio material, quando o pai se nega a suprir com gastos materiais do(a) filho(a); intelectual, quando o pai se nega a auxiliar no desenvolvimento acadêmico da(a) filho(a); e afetivo, a qual iremos focar no decorrer desse estudo, quando o pai se nega a participar emocionalmente do desenvolvimento do(a) filho(a). Todas essas formas de abandono têm potencial para gerar conflitos no desenvolvimento social, psicológico e cognitivo da criança e/ou adolescente, com uma grande influência para o estabelecimento de diversos transtornos de comportamento.

Vale ressaltar que, segundo Damiani (2015), as consequências do abandono paterno podem se apresentar já na pré-escola com grandes resultados negativos e se manter ao longo do desenvolvimento do indivíduo, podendo até mesmo afetar, já na fase adulta, sua formação familiar. A escolha por não ter filhos também pode ser percebida como uma repercussão da ausência paterna, já que é possível a existência de receios de transmitir à geração seguinte os sentimentos vivenciados ao longo de sua vida. É possível, ainda, que não se tenha podido experienciar de modo positivo as vicissitudes que a relação de paternidade possa oferecer.

Meu interesse em desenvolver um projeto acadêmico que contemplasse as nuances do abandono paterno surgiu desde o meu primeiro ano do ensino médio ao enxergar em minha futura pesquisa uma oportunidade de me autoconhecer, já que durante anos um sentimento de culpa por meu pai não ser presente calava-me, fazendo com que eu me derramasse em lágrimas quando tocava em assuntos envolvendo paternidade. Meu pai se ausentava de tudo que remetia a mim, mas não por morar em outro país, outro estado ou até mesmo outra cidade. Meu pai morou na mesma rua que eu durante toda a minha infância e parte da adolescência, mas ainda assim, ele sequer vinha me ver e quando me via na rua, por diversas vezes chegava a ignorar aquele evento, virando a cara para o outro lado e fingindo que não havia me escutado gritar por ele, para que eu pudesse acenar e me sentir visível. Ele não estava nas minhas apresentações dos dias dos pais e nem estava para

receber os desenhos e presentes que eu fazia nos meus primeiros anos da escola, mas não por falta de tempo, já que na época ele era bem presente para uma das minhas irmãs na minha perspectiva, levando-a todos os dias para escola, o que na época para mim era algo inaceitável, me questionava “como ele pode levar ela todos os dias e não ir em nenhuma apresentação minha?”. Lembro que a única coisa que desejava dentro de mim, era que ele pudesse estar lá na escola durante o dia dos pais e em todos os anos foram as mesmas sensações, mas a única pessoa que eu enxergava ao chegar era a minha mãe. A minha mãe sempre estava lá e isso me trazia um alívio porque enquanto outras crianças iam abraçar seus pais, eu a teria para abraçar, então, mesmo não conseguindo externalizar, agradecia e ainda agradeço dentro de mim por ela estar lá.

Entendo que tudo isso acabou colaborando na imagem que eu tinha sobre a minha figura paterna, o homem que durante 19 anos me negou afeto e qualquer outra coisa que eu havia de precisar, fez repercutir cenas e ausências de cenas em mim durante anos que influenciam até hoje nas minhas tomadas de decisões, mas também, que me motivou a produzir a presente monografia. Além disso, gostaria de produzir uma pesquisa acadêmica que me fizesse entender a fundo o motivo do silenciamento sobre essa temática na sociedade ao meu redor. Minha trajetória de vida foi marcada pelo silêncio por parte de alguns familiares paternos acerca de atitudes (ou de ausência delas) do meu genitor. E, quando se falava sobre o assunto, em inúmeras vezes meu pai era moldado como um menino que ainda tinha muito o que aprender e que não sabia o que estava fazendo, ao passo que minha mãe, mesmo sendo mais nova alguns anos, tinha que renunciar a inúmeras coisas para poder me criar sozinha, se desdobrando em duas para suprir o apoio material, intelectual e afetivo que meu pai se negou a dar durante toda a minha existência. Percebi que o peso não era igual para os dois lados e muito menos as cobranças, o que me fez questionar o motivo do mesmo cenário se repetir em outras famílias ao meu redor e acentuou em mim o interesse em pesquisar a fundo o quanto a ausência paterna pode interferir não só na minha vida, mas também na de outras pessoas que passam ou já passaram pela mesma situação.

Portanto, esse trabalho acadêmico pretende abordar no decorrer de seus capítulos as causas do silenciamento da sociedade sobre o abandono paterno e analisar o quanto este abandono afeta a sociedade. Para aprofundar essa compreensão será realizado um levantamento bibliográfico e nas redes sociais e mídia acerca das percepções dessa problemática no indivíduo, desde a infância até a fase adulta.

A inexistência de debates que problematizem o desamparo relacionado ao abandono paterno sustentou a relevância de elaboração desse projeto de pesquisa assim como o vínculo pessoal com o tema através das vivências, algumas já relatadas aqui.

Como se trata de um projeto acadêmico que abrange uma problemática contemporânea e pouco discutida acreditamos que a elaboração dessa pesquisa poderá estimular futuros estudos sobre o tema. Além disso, imagina-se que essa pesquisa também vá auxiliar no processo de autoconhecimento de quem passa ou já passou por situações como essa, dado que o abandono paterno está fortemente inserido no presente cotidiano dos brasileiros. Portanto, para isso, acentua-se como foco principal explicitar os fatores sociais que contribuem para o abandono paterno e suas consequências nas trajetórias de vida.

A presente monografia teve como objetivo geral analisar o silenciamento acerca do abandono paterno buscando compreender suas consequências nas trajetórias de vida. Como objetivos específicos buscamos examinar os fatores associados ao silenciamento da temática do abandono paterno na sociedade brasileira atual; conhecer as percepções das repercussões do abandono paterno nas trajetórias de vida e identificar estratégias que contribuam com a ampliação dos debates sobre o abandono paterno.

A monografia ficou estruturada em quatro capítulos. O primeiro sintetizou a abordagem teórica, o segundo apresentou um levantamento bibliográfico, o terceiro abordou a metodologia da pesquisa e o quarto apresenta como uma análise exploratória das trajetórias de vida.

## **CAPÍTULO 1 – A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO NO CENÁRIO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA PARENTALIDADE**

Oliveira (2014), defende que a ausência paterna é uma característica da figura masculina no espaço doméstico já que ao longo de décadas, pelos papéis sociais constituídos, os homens tiveram que estar fora do lar, na busca pelo alimento, por empregos em locais distantes e, principalmente, durante as guerras ou necessidades econômicas. Para o autor, todos esses aspectos fizeram com que eles estivessem afastados de suas casas, por grande período e nesse sentido, a ausência do pai traz consigo diversas questões. As responsabilidades parentais, portanto, seriam demarcadas pelas construções de gênero e a partir de uma sistemática delimitação sexual do trabalho na esfera familiar, onde o lugar paterno foi historicamente marcado por um vazio afetivo. Parece importante destacar que as pessoas são identificadas ou categorizadas por gênero muito antes de se tornarem mães e pais, uma construção social de ser mulher e homem. (OLIVEIRA, 2014 apud SAFIOTTI, 2004).

Segundo Billac (2000), o fato de a gravidez acontecer com mulheres e não com homens estabelece uma distinção profunda: se todos podem ter filhos em nome da masculinidade e de sua virilidade, nem todos querem ter filhos em nome de projetos de vida. Diante disso, a autora aponta que a chegada de um filho traz mudanças profundas no cotidiano de uma família e apesar dos esforços de alguns homens em participar equitativamente na vida cotidiana, a maior carga das atividades, principalmente domésticas, acaba recaindo sobre as mulheres, por não possuírem o poder de “escolha” perante a sociedade.

Para Bilac (2000) no caso do Brasil, especialmente entre as classes dominantes, o patriarcado tem sido historicamente visto como um testamento prático da masculinidade. Contudo, para a autora, os homens podem ser pais de diferentes formas (com ou sem mãe, mais ou menos participantes), e sua masculinidade não é questionada. Logo, a questão seria de como essas experiências afetam o desenvolvimento e a saúde social, física e emocional das crianças.

Para Tamate (2021a), a paternidade se articula a papéis de gênero e aos estandartes de masculinidade, assim como a maternidade liga-se à feminilidade e assim os padrões de gênero construíram o que se espera e se cobra da paternidade. A partir disso, foi socialmente construído o suposto “instinto” feminino, a fim de reforçar a ideia de que a criação dos filhos é uma função pertencente somente à mulher, ao passo que a paternidade não é classificada como algo da natureza

masculina e, pelo contrário, é classificada como algo integralmente social. Ademais, segundo a autora, “esse quadro passa a tomar novos rumos com o engajamento social na desconstrução do modelo patriarcal de masculinidade” (p. 56).

O patriarcado pode ser entendido como um sistema que reserva para a figura masculina um lugar de autoridade na trama social, também doméstica, onde o homem possui o poder primário para fazer escolhas, o controle máximo sobre propriedades e alta autoridade moral e social no arranjo familiar. Porém, observando a construção de família durante a história, percebe-se que esse apoio aos homens não é recente, pelo contrário, é um apoio histórico. Segundo Narvaz e Koller (2006), o estado de bem-estar social construído pós-Segunda-Guerra, em 1945, se apresentava em torno do pleno emprego masculino e propunha o cuidado feminino do lar. A mulher era dependente do suporte material masculino e não dispunha das mesmas garantias, a não ser enquanto esposa ou filha, o que afirmava a sua condição de dependência perante o marido ou pai. Portanto, eram colocadas na trama familiar apenas como coadjuvantes no sustento da família, não sendo mantenedora. Além de poder obter nessa época um salário inferior aos salários gerais. Somente em 1962 é que o Código Civil Brasileiro sofreu alterações, permitindo que mulheres casadas pudessem trabalhar sem que precisassem do aval de seus maridos. Com isso, podemos notar que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social. Além disso, entender esse período da história auxilia na criação do pensamento crítico sobre a sociedade atual com base no quanto a mulher foi direcionada a lidar com as funções domiciliares e parentais, enquanto o homem era forjado nessa cultura patriarcal e tendo como obrigação apenas suprir a ausência material no cotidiano doméstico. Outrossim, analisar esses fatores permite compreender os motivos de base para que a sociedade naturalize uma paternidade superficial, ou até mesmo uma ausência de paternidade, ao mesmo instante que crítica qualquer atitude materna que fuja do padrão criado, como uma mãe sair aos fins de semana sem seus filhos.

Para entendermos família em um contexto plural, devemos abordar todas as suas nuances. Segundo Grossi (2003), até a década de 1970 a maioria dos escritos sobre parentesco nas sociedades ocidentais via o sexo como a categoria “natural” na qual a organização social era construída. A heterossexualidade, considerada normal e natural, passa a ser replicada como regra universal, isso explica a quase que inexistência de artigos sobre a maternidade e paternidade fora do ambiente heterossexual, mesmo nos tempos atuais.

Segundo Moraes (2013, apud SINGLY, 2000), o patriarcalismo, fundava-se na tripla desigualdade de homens em relação a mulheres, de pais em relação a filhos e de heterossexuais em relação a homossexuais, por isso percebe-se na sociedade a dificuldade de entender o exercício da paternidade a partir de ambientes em que há uma relação homoafetiva. Mas, para a autora, “com o advento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a parentalidade não pode mais ser regulada com base no princípio da “unicidade” – um pai e uma mãe –, como tem sido nas sociedades ocidentais” (p. 614). Em decorrência disso, por exemplo, um filho(a) de um casal de mulheres, terá em sua certidão de nascimento apenas a devida referência às mães e nenhum espaço para a identificação do pai, o que a princípio seria inexistente. E vice-versa.

Vale ressaltar que para Moraes (2013, p. 593) “famílias democratizadas nada mais são do que famílias em que a dignidade de cada membro é respeitada e tutelada” e para que isso aconteça deve haver alguns pressupostos específicos, como igualdade, o respeito mútuo, a autonomia, a tomada de decisões através da comunicação, o resguardo da violência e a integração social. Ou seja, para Moraes (2013, apud GIDDENS, 1993) nas famílias democráticas, todos devem ter iguais e possuir as mesmas oportunidades de falar, e todos devem ser capazes e estar interessados em ouvir, ao contrário do modelo familiar tradicional e fundamentado nas desigualdades na trama doméstica. Tais aspectos seriam fundamentais no desenvolvimento do filho(a), principalmente quando feitos integralmente, além de estimular um relacionamento familiar em sua maioria saudável e igualitário.

A mulher foi, historicamente, se constituindo sobre uma concepção, em que são aguçadas como características naturais: a sensibilidade, o amor, o romantismo e os cuidados afetuosos entre outras características. Já os homens são interpretados a partir de uma ideia oposta: pouco sentimento; mais fechados, distante dos laços afetivos, função orientada aos aspectos de provedor da família (OLIVEIRA, 2014). Por isso consideramos, assim como defende Billac (2000), que idealmente não deveria haver tarefas femininas ou masculinas. Tanto os suprimentos domésticos quanto as tarefas diárias devem ser separados para garantir que todos estejam fazendo o melhor e fazendo o que mais amam, independentemente de qualquer divisão de trabalho por gênero.

Biroli (2014) afirma que as formas assumidas pelo que definimos como família são diversas em tempos e contextos distintos e são afetadas por decisões políticas e normas institucionais, além de expressarem relações de poder. Estas relações também seriam, para a autora, constitutivas das identidades individuais, de suas alternativas e das formas de desenvolvimento e de integração em

comunidades e na sociedade. Portanto, cabe a nós entendermos família num contexto plural, para só assim podermos analisar com clareza os mais variados aspectos e fatores que possam estar associados aos traumas de cada indivíduo e os diversos tipos de ausência parental.

Além disso, para a autora, há uma contradição nos arranjos familiares que se tornaram referência normativa com o advento do mundo burguês. Esta contradição diz respeito a um ideal orientado pelo livre engajamento dos indivíduos e as formas de coerção e incentivo para que as mulheres “escolham” o casamento, fundadas em desigualdades materiais e simbólicas, remetendo à divisão sexual do trabalho nesse sistema social de gênero, com o arranjo familiar a que corresponde. Portanto, um contexto que tenta produzir um engajamento voluntário e uma subordinação em arranjos nos quais as mulheres alienariam parte de si na medida em que concedem ao marido o controle sobre sua pessoa, em um suposto acordo que incluía restrições nos direitos das mulheres sobre o seu próprio corpo. A partir dessas formas convencionais, percebe-se desmedidas influências na organização da família, permitindo, portanto, compreender a causa da naturalização por parte da sociedade em relação a forma como o patriarcado se manifesta em diversos arranjos familiares, mesmo nos tempos atuais.

Para Redinz e Bernardes (2014), o patriarcado tem influenciado na manutenção e existência de uma sociedade discriminatória, preconceituosa e opressora em relação à mulher, principalmente a doméstica, negra e pobre, já que segundo eles, esse sistema trata-se, de um modo de organização social em que o homem obtém a maior autoridade, se tornando a mais alta autoridade do lugar, ao indivíduo supostamente mais importante que impõe suas concepções, ao passo que as pessoas que não são identificadas fisicamente com ele deve ser subordinadas, o que faz com que as relações entre as pessoas sejam desiguais e hierarquizadas. Portanto, para os autores, no patriarcado há uma supremacia do homem sobre a mulher, do masculino sobre o feminino, onde as atividades tidas como masculinas têm um valor maior do que as tidas como femininas. E que com isso, os valores do patriarcado legitimaram o controle da sexualidade, do corpo e da autonomia da mulher, estabelecendo e definindo os papéis de cada um dos sexos na sociedade, onde o papel desenvolvido pelo homem possui mais vantagens e privilégios do que o da mulher.

Ainda, para os autores Redinz e Bernardes (2014), ao longo do tempo a sociedade proporcionou para os homens papéis importantes e respeitados, restando para as mulheres tarefas domésticas e os cuidados aos filhos, sendo que a partir de um segundo momento, as mulheres passaram a exercer papéis menos significativos para a sociedade, tidos como a extensão do próprio

lar, a secretária/ajudante de um empresário, por exemplo, aliados à baixa remuneração e nenhum poder, e ainda hoje, são poucas as mulheres que realmente chegam ao poder, sendo-lhes cobrado muito mais competência e dedicação que dos homens, além de receberem salários inferiores em comparação com os que são pagos aos homens, mesmo quando executam funções idênticas. Além disso, os autores Redinz e Bernardes (2014) destacam que a abordagem interseccional tem sido de fundamental importância na atualidade para o reconhecimento das diferenças e para a promoção da igualdade, no combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito contra a mulher, principalmente a negra e pobre. Para ambos, o conceito de interseccionalidade de raça e de gênero teve um importante impacto na compreensão das desigualdades existentes entre homens e mulheres. Salientam que tais desigualdades também ocorrem no campo das relações de trabalho, onde se demonstra o impacto da interseccionalidade de raça e gênero sobre as mulheres trabalhadoras domésticas, que pelas condições de raça e gênero são submetidas a estereótipos e discriminações, o que acaba dando margem a toda categoria de preconceito e exploração. Segundo os autores, são muitos os eixos de poder e discriminação que recaem sobre a mulher trabalhadora doméstica, como raça, gênero, etnia e classe, que estando inseridas em muitas das interseções de tais eixos, acabam por serem vítimas centrais dos impactos gerados, criando desigualdades e opressões, que culminam no seu desempoderamento e em sua invisibilidade social.

## **CAPÍTULO 2 – O PAPEL DA PATERNIDADE NO CUIDADO E DESENVOLVIMENTO DO FILHO(A)**

Para Finamori (2012), durante a maior parte do século XX, o reconhecimento da paternidade estava relacionado às questões do casamento, e, portanto, somente quando o pai e a mãe se casassem, a relação pai-filho seria automaticamente garantida. Mais do que o direito dos filhos, era, então, a proteção a famílias legalmente estabelecidas por meio de um matrimônio oficial que constituía o assunto central do debate jurídico e legislativo. Somente por volta de meados do século XX, a defesa dos responsáveis pelos filhos ganhou força neste debate. Ainda, para a autora, o reconhecimento de paternidade pode, portanto, também ser entendido, como uma reparação por um passado associado ao estigma da ilegitimidade e como um direito de ser um “cidadão completo”.

Sutter e Maluschke (2008) apontam que na maioria das falas masculinas há uma divisão tradicional dos papéis que se mantém como norteadora das relações e que ao homem ainda lhe cabe o papel de principal provedor, para os autores, as funções de prover e proteger a família são naturalizadas, sem maiores questionamentos quanto às construções sociais de gênero. Para os autores, apesar de a maioria de seus entrevistados considerarem a divisão das tarefas domésticas como necessária, permanece um estranhamento em relação a assumir estas tarefas no lugar da companheira, visto que, para muitos a ideia de homem não comporta a esfera doméstica como a ideia de mulher.

Sutter e Maluschke (2008), afirmam que alguns indivíduos que sofreram com a ausência paterna, procuram ser para os filhos o pai que não tiveram, como num ato reparador, e têm na própria mãe o modelo de responsabilidade diante dos filhos. Os autores ainda destacam que o envolvimento paterno no cuidado dos filhos não significa necessariamente uma apropriação da vida doméstica em si, pois permanece uma distinção entre ser pai e ser dono de casa. Ademais, para Sutter e Maluschke (2008), se a sociedade admitir que homens podem ser ternos e acolhedores, capazes de vínculos profundos com os filhos, então estes serão atributos também masculinos e a associação do homem cuidando do seu bebê à imagem da mãe parece dizer muito mais da falta de imagens masculinas exercendo esse papel na sociedade. Para Tamate (2021b) o motivo do abandono não é falta de amor, mas desamparo no cuidado, criatividade, educação e companheirismo.

Para Sganzerla e Levandowski (2010), o fato de o filho adolescente não contar com a presença física (contato) do pai, devido ao falecimento, gera sentimentos ligados à sensação de perda e tristeza, mas, nesses casos, não se evidencia revolta ou indignação. Esses últimos sentimentos seriam observados nos casos em que a ausência decorre de separação conjugal e do desligamento dos pais em relação aos filhos. Nessa situação, os adolescentes parecem tender a apresentar uma expectativa de que o pai poderia reverter essa situação e voltar a ser mais presente, caso desejasse, o que é inviável no primeiro caso. Além disso, para os autores, não se pode esquecer o fato de que existem diferenças nas repercussões da ausência paterna para o desenvolvimento do adolescente. Essas diferenças podem ser identificadas e analisadas conforme os seus recursos emocionais individuais, o manejo dos membros da família e a presença de uma rede de apoio social com a qual ele possa contar, a fim de minimizar os efeitos adversos dessa condição familiar.

Para Weishaupt e Sartori (2014), a assistência moral e afetiva dos pais representa importante valor para o adequado desenvolvimento do filho, entretanto, caso não ocorra, a sua ausência poderá gerar danos irreparáveis que nem sempre são percebidos imediatamente, mas que são capazes de comprometer toda existência do indivíduo. Já que, segundo as autoras, esse tipo de abandono poderá influenciar a ocorrência de comportamento antissocial nestas crianças e/ou adolescentes, tal como uso de álcool e outras drogas, bem como a alguns comportamentos infratores. Além disso, Weishaupt e Sartori (2014), destacam que muitas das vezes o pai até cumpre com sua obrigação alimentar, porém, algumas vezes, sem perceber, se afasta afetivamente. E para os autores, umas das causas para que ocorra esse tipo de afastamento, pode ser a jornada longa de trabalho, uma mudança repentina de cidade, ou por uma desarmonia que restou da ruptura conjugal. Por fim, elas também salientam que a mãe pode até exercer função paterna e materna ao mesmo tempo, porém não deve, em nenhuma instância negar a identidade do pai nem a sua participação e presença na vida do filho, pois a figura masculina é de grande importância para um desenvolvimento psíquico-emocional-afetivo saudável da criança ou adolescente.

Segundo Kamers e Baratto (2004), o bebê humano precisa de cuidados essenciais referentes a funções maternas e paternas para que exista um desenvolvimento efetivo no campo da cultura humana, e que se caso não existisse uma presença desses representantes, os nascidos não poderiam ter a experiência de existir, já que, segundo as autoras, para que um sujeito se constitua e evolua, faz-se necessário que esse tenha alguém que o olhe e guie o futuro sujeito que virá.

Para Biroli (2014), o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres limita, por sua vez, as possibilidades de exercício do trabalho remunerado e de usufruto do tempo livre, porém essa cultura também é o que possibilitaria a dedicação ampliada do tempo dos maridos ao trabalho e/ou ao lazer. Com relação a isso, a autora enfatiza que a atribuição desses papéis distintos está na base de uma ideia construída pela sociedade de que existiriam talentos e tendências naturalmente diferenciados entre os sexos.

Ainda de acordo com a autora, essa construção social faz com que as mulheres se direcionem ao cuidado com os outros e suas especializações no cuidado dos dependentes em sociedades nas quais a divisão sexual do trabalho continua a ter importância na organização das relações na esfera privada e na esfera pública as mantendo em posições mais baixas nas hierarquias salariais e de prestígio, mesmo quando se desdobram no exercício de atividades remuneradas. Existe uma série de desvantagens sociais associadas ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica, nos arranjos convencionais, como a interrupção da carreira, a opção por empregos de menor carga horária, porém mal remunerados e a mobilidade social negativa podem derivar da responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos pequenos, mesmo que em sociedades que não tenham impedimentos formais para que desempenhem trabalho remunerado (BIROLI, 2014).

Para Bilac (2000), “a sobrecarga de trabalho doméstico acarretada pela maternidade implicou também em dificuldades maiores na adequação da dupla jornada de trabalho, apesar da presença histórica da empregada doméstica nas famílias de classe média no Brasil” (p. 12). Além disso, vale ressaltar que, segundo Tamate (2021b), os filhos tendem a lidar com questões econômicas no decorrer de seu desenvolvimento, além de questões emocionais relacionadas à ausência do pai, o que estaria diretamente entrelaçado com a divisão sexual do trabalho. Entretanto, para a autora, os pedidos de pensão alimentícia, que são meios judiciais de vara de família, podem ser interpretados como uma forma de compensar os pais também pelo tempo de cuidado não investido.

Outrossim, Tamate (2021b) disserta que os papéis sociais atribuídos a pais, mães e filhos são determinados pelas necessidades e valores dominantes de uma determinada sociedade. A relação entre pais e filhos não pode ser diferente: é pautada por uma compilação de regras culturais e representações sociais.

Portanto, a intenção também é ver a pensão alimentícia como um presente não dado. Segundo Tamate (2021b), a pensão alimentícia pode apresentar significados maiores do que apenas um valor monetário para um suporte financeiro parental, ela também pode ser interpretada por muitos como uma forma de “cuidado” paterno. A lógica do cuidado é vista como um agente para a intersecção de diversos conceitos, entendendo a rejeição das pensões como outra dimensão do descaso. “Para além de reforçar nas figuras maternas a responsabilidade do cuidado, enquanto provedoras e dotadas de habilidades necessárias e suficientes para se sustentar um filho em meio a maternidade solo” (p. 25).

Finamori (2013) defende que as atuais leis e políticas públicas que envolvem o exercício da paternidade têm sido uma importante possibilidade de agência para as mulheres e para os filhos adultos, não só pelas consequências materiais que podem vir após reconhecimento paterno, mas também por promover um desfecho, mesmo que jurídico, para a história pessoal que muitos filhos consideravam mal resolvida. Para a autora, essas leis e políticas têm também reforçado o ideal de que ter um pai reconhecido significaria ter uma “trajetória de vida saudável”, podendo a partir disso viver dentro de uma norma de “cidadão completo”, notando-se um desejo em se enquadrar num ideal de família, ao passo que esse discurso é normalizado e feito com frequência.

A procura por exame do código genético DNA no Brasil encontra-se em expansão atualmente, porém a estimativa é que praticamente 98% dos resultados seriam positivos, ou seja, em sua maioria, os pais biológicos são realmente os que foram indicados pelas mães. (OLIVEIRA, 2014 apud THULHER, 2019). Ademais, para Finamori (2013), em muitos casos, buscar o reconhecimento legal da paternidade ainda é visto como uma tentativa de dar ao pai uma segunda chance de se comportar de forma diferente do passado. Nesse sentido, o significado do reconhecimento da paternidade é fortemente influenciado pelo contexto jurídico legal e pelo peso social atribuído ao teste de DNA. Mais do que apenas confirmar uma informação ou fornecer o reconhecimento legal da paternidade, um resultado positivo em um teste de paternidade declarado por um juiz é visto como uma avaliação diferenciada da decisão do pai em assumir ou não a função de paternidade.

Vale ressaltar que, segundo Bilac (2000), em relação à paternidade e às relações pais-filhos, embora as nuances variem, foi destacado em sua pesquisa três pontos ou dimensões recorrentes: ausência, distância e rigidez. O conceito de ausência refere-se ao espaço físico da casa onde o pai se ausenta justamente para cumprir seu dever paterno original: manter a família. A referência à

distância, por outro lado, refere-se ao espaço social da família, enquadrado por relações extremamente hierárquicas que dão origem a práticas sociais estritamente normativas: na relação com a criança, o pai deve ser o disciplinador mais importante, ou seja, estabelecer normas e, por fim, seria também a pessoa que julga se é cumprida ou não tais normas, sendo esta uma função extremamente rigorosa, podendo também usar a força física se julgar necessário. Em contraposição, para a autora, se os pais seriam definidos pela ausência, as mães, seriam evocadas como uma presença muito enérgica na vida dos filhos. Não obstante Sarti (1994) afirma que mesmo existam mulheres que sustentem economicamente suas unidades domésticas, elas podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Ou seja, para a autora, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera.

Fechamos esse capítulo com a reflexão de Finamori e Ferreira (2008) que aponta para uma compreensão de parentesco não mais como um conjunto de fatores genéricos imutáveis, mas sim, como um sistema cultural de conhecimento através do qual práticas biológicas e sociais são constantemente remixadas e refeitas no que é descrito como um híbrido.

### **CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA**

A monografia toma como base a abordagem qualitativa e utilizou a revisão da literatura tendo como referência os descritores: patriarcado; abandono paterno; família; sociedade.

Para a obtenção dos resultados, optei pela coleta e análise de relatos, depoimentos e narrativas sobre experiências de abandono paterno disponíveis em estudos anteriores e plataformas públicas, considerando o cenário pandêmico atual e o uso das mídias como um forte aliado durante o confinamento. Essa opção possibilitou um maior alcance de experiências, já que, com a globalização, o uso dos meios de comunicação, principalmente a internet e as redes sociais, tem crescido exponencialmente com públicos das mais variadas idades. A pesquisa em ambientes digitais já estava em franca expansão, porém neste momento de suspensão de atividades presenciais, tornou-se uma alternativa ainda mais eficiente para viabilizar a continuidade dos estudos (DESLANDES e COUTINHO, 2020). Contudo, vale ressaltar que, a pandemia de COVID-19 e as medidas sanitárias de distanciamento social trouxeram impasses para a pesquisa social e o seu futuro que merecem ser analisados.

A análise do levantamento bibliográfico e do material empírico buscou responder às seguintes questões: porque a sociedade brasileira atual silencia o abandono paterno e quais os fatores associados; como ampliar os debates sobre o abandono paterno; como se expressam as percepções da ausência paterna no indivíduo; quais suas repercussões nas trajetórias de vida.

## **CAPÍTULO 4 – AS MARCAS DA AUSÊNCIA PATERNA NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA**

Neste tópico buscamos realizar um mapeamento inicial de material relacionado a diversas expressões acerca da experiência de abandono paterno. O documentário “Eu te esperei” apresenta relatos de abandono paterno vivenciados pelos entrevistados Hugo Gama, Jennifer Barros, Sérgio Lourenço e Stephanie Ribeiro.

Hugo Gama destaca que o episódio mais marcante de sua vida com seu pai foi o dia em que eles brigaram e ele havia dado um soco em seu pai. Segundo Hugo, “Ele (seu pai) acabou trazendo isso dele não ter pai para vida dele também, então tipo, não sei se foi um ciclo”. É importante destacar que a imagem violenta do pai esteve presente na construção de vida tanto do Hugo, quanto do Sérgio, o segundo homem entrevistado. Sérgio relata no documentário uma agressão vinda de seu pai quando tinha seus 10 anos de idade, para isso, o homem usou um pedaço de madeira a fim de agredir o menino, o que fez com que Sérgio começasse a vê-lo como mostro (0:10). Além desse momento marcante, Sérgio (9:44) também resgata seu 15º aniversário, quando um homem entrega três papétes de cocaína e diz que Sérgio poderia contar com o seu apoio, encantado com a atitude do homem, o jovem passa a olhar esse homem nos próximos capítulos de sua história como uma verdadeira referência e é quando Sérgio começa a roubar e usar drogas ilícitas, algo que acontece por ser preservado da figura do pai é de seu apoio. Segundo o mesmo, esse homem se apresentava como um pai que Sérgio nunca havia tido, mesmo em seus piores momentos, como o de overdose. É importante destacar que conforme disserta Tamate (2021a), como o caso de Sérgio e de muitos outros filhos privados da função paterna, “o lugar de pai está ali sendo preenchido por aqueles que estão ao redor dos filhos e a partir de sua ausência, se formam novos núcleos familiares”, essa substituição pode atingir gravemente o indivíduo, já que ele tenderá a idealizar alguma figura a fim de tentar substituir a figura paterna, o que pode ser percebida no contexto de falas do Sérgio durante o documentário.

Quando eu usei drogas pela primeira vez, quando eu roubei.. eu acho que mais quando eu usei droga, né? Se ele fosse um bom...Se meu pai estivesse presente ali, eu creio que eu não teria medo de falar, né? [...] Se ele tivesse presente eu acho que isso aí não aconteceria. (EU TE ESPEREI, 2018, min.: 09:08)

Para Sérgio, tudo o que ele havia feito poderia ter sido evitado se ele talvez tivesse a figura de seu pai ao seu lado e como não teve, Sérgio depositou expectativas em outra figura masculina, tendo como única referência de paternidade, naquele instante, este homem que o oferecia drogas, que segundo ele, por estar acompanhado desse sujeito mesmo durante os momentos ruins, começou a enxergá-lo como um pai.

Stephanie Ribeiro, que até os 11 anos não tinha o sobrenome paterno na certidão de nascimento, relata que ao mesmo tempo que seu pai o abandona, ele faz esse rastro de “destruição”, termo usado pela mesma a fim de ressaltar as desagradáveis histórias vivenciadas por ela no que se refere as atitudes de seu pai. Dentre alguns desses momentos marcantes durante a pouca convivência com o seu pai, Stephanie, regata:

Ele nunca foi presente na minha vida, mesmo quando ele retornou, ele não era presente. As histórias com ele eram muito pesadas, do tipo me esquecer nos lugares... Assim, a minha mãe nunca me esqueceu porquê ela nunca parava de pensar em mim [...] (EU TE ESPEREI, 2018, min.: 15:17)

Percebe-se na fala da Stephanie um sentimento de abandono visto que seu pai sumiu durante anos e quando aparece a esquece em lugares ao contrário do que fazia sua mãe, esse pensamento traz consigo uma perspectiva defendida por Tamate [2021a apud FINAMORI, 2018], de que o abandono paterno nunca foi visto sob a mesma lógica, já que a paternidade é entendida e baseada em “fatos culturais e sociais”, portanto, os homens que abandonam seus filhos são tratados como um desviante, um exemplo de falha de caráter e moral. Em oposição, o abandono materno que é visto como “monstruoso” e “antinatural” a partir do entendimento de que a maternidade é um fator da natureza. E de fato, para alguns, a atitude do pai de Stephanie ao ser abordada é tratada em algumas rodas de conversa como algo cômico, natural e super compreensivo, visto que na sociedade patriarcal o homem não possui esse “instinto” materno. Em contraposição, se a mãe de Stephanie a esquecesse em algum local e contasse em uma roda de conversa, sofreria inúmeros julgamentos, já que estaria ferindo uma obrigação, um dever, algo que deveria ter nascido com ela, o cuidado materno.

Jennifer Barros, destaca que se tivesse tido um pai presente durante sua trajetória de vida, com certeza, teria tido uma vida diferente visto que, na sua concepção, ter uma figura masculina faz muita falta, é uma questão de segurança e que por ela não ter essa segurança acabava cobrando uma segurança a outras pessoas que não necessariamente tinham a responsabilidade de a proteger.

Além disso, Barros, diz não estar decidida sobre ter filhos ou não, mas que caso isso venha ser uma vontade no futuro, que ela irá pensar com muito cuidado com relação a quem será o futuro pai.

Minha relação com o meu pai hoje, ela é uma relação que eu falo que é de Facebook [...] Você entra no Facebook e tem várias fotos nossas de dia dos pais, de festas na casa da família, mas a gente se fala bem pouco, só quando coincide [...] (EU TE ESPEREI, 2018, min.: 22:11)

Nota-se uma grande carência emocional em Jennifer e que assim como Sérgio, ela procurava depositar obrigações da figura paterna em outras pessoas. A relação de Facebook da entrevistada com o seu pai traz consigo o questionamento sobre o que seria a real paternidade, já que mesmo Jennifer estando presente em datas comemorativas com o seu pai, não quer dizer que a mesma não sofra consequências psíquicas com relação a falta dele. Assim como ela, muitos filhos possuem uma relação superficial com o pai, mas não reconhecem essa problemática, pois é visto pela parte silenciosa da sociedade como algo comum um pai aparecer de 15 em 15 dias ou só em datas comemorativas.

Percebe-se que Stephanie carrega consigo muitos traumas com relação ao seu pai aos momentos juntos e também a ausência durante sua infância e sua criação. Naturalmente, Stephanie e os demais tiveram uma imagem extremamente negativa do pai que afeta na fase adulta e em suas escolhas durante suas trajetórias de vida. Percebe-se nos entrevistados do documentário uma profunda persistência em tentar não reproduzir a experiência vivenciada. Além disso, durante o documentário, chama-se atenção que tanto o pai de Hugo, quanto o pai de Sérgio, também foram pais com relações paternas prejudiciais, segundo ambos os filhos, tais atitudes dos pais poderiam ser resultantes do abandono paterno também sofrido por eles o que seriam um ciclo.

SOUZA (2020) narra a história de Dona Maria Anunciada Nunes de Melo, avô da autora; de Maria do Socorro, mãe da autora; de Maria de Fátima e de Maria da Glória, tias da autora. As quatro com temperamentos e histórias bem parecidas que expressam muita força, força essa que se acredita ter sido herdada através da vida difícil que todas foram submetidas.

Dona Maria Anunciada Nunes de Melo veio a falecer aos 49 anos com um câncer de útero, mas antes de dar seu último suspiro deixou como herança para seus filhos uma história de força, determinação e coragem, mas que, no entanto, não deveria ser romantizada. Dona Maria, ao ficar adulta, namorou e casou-se com Geraldo, com quem veio a ter cinco filhos, as três Marias, João e Francisco. Segundo a autora, nenhuma de suas tias, e nem mesmo sua mãe se referem ao Seu

Geraldo, como assim era chamado, com um mínimo de afeto. E que ao contrário disso, durante muitos anos todos se referiam a ele como o causador da desgraça da família, visto que o avô da autora sempre foi um pai ausente e que não se responsabilizou pelos filhos nem durante a primeira infância e nem durante o falecimento de Dona Maria, o que fez com que todos tivessem que trabalhar desde muito cedo e com que cada um tivesse que ir “[...] para um lado tentar sobreviver sem pai e sem mãe.” (p. 7).

Durante os sucessivos abandonos/desaparecimentos de meu avô Geraldo, que regularmente sumia de casa durante muito tempo, sem se preocupar com o sustento, a alimentação de seus próprios filhos, minha avó trabalhava no que aparecia, de maneira a dar conta do sustento de seus cinco filhos. (SOUZA, 2020, p. 9)

Geraldo foi um pai ausente, tanto no aspecto intelectual, quanto no afetivo e material. Com a ausência material de Geraldo, seus filhos tiveram que trabalhar já novos e Dona Maria chegou a ter sido empregada em um leprosário, o que segundo a autora, havia um certo risco, mas era através dali que se garantia o sustento dos cinco filhos de Anunciada. O trabalho lhe rendia muito pouco, o salário de faxineira mal dava para comprar a cesta básica. Por isso, ela chegava a trazer para alimentar os filhos, restos de comida “não mexidas” que sobravam nas refeições dos internos.

O que dizer da minha mãe? Era uma mulher guerreira, quando meu pai nos deixou ela trabalhou muito para criar os cinco filhos que ele deixou para trás. Era uma mulher que sofreu muito na vida, muitas vezes não tínhamos o que comer, mas ela nunca reclamou da vida, não se deixava abater, vivia sempre sorrindo. Ela era uma mulher muito extrovertida, tinha esperança que meu pai um dia voltasse, só que ele nunca voltou. [...] (SOUZA, 2020, p. 5)

Socorro frequentou a escola dos 7 aos 12 anos de idade, e já aos 9 anos auxiliava Dona Maria Enunciada nas tarefas domésticas. Maria do Socorro aborda diversos aspectos positivos em sua mãe no decorrer de suas falas, e em contrapartida, fala pouco sobre sua relação com o pai e quando o aborda, descreve a vida com Seu Geraldo de uma forma breve, tal atitude pode ser percebida como uma certa tentativa de distanciamento, visto que a ausência de Geraldo impactou fortemente a família da autora, não somente durante a infância, como também a fase adulta. Câmara Filho e Sougey (2001), afirmam que os sintomas relativos a experiências traumáticas são acompanhados de um considerável sofrimento, o que faz com que a maioria das vítimas busque evitar vivenciar novamente. Apresenta-se, então, um certo esquivamento de pensamentos, sentimentos, conversas, situações e atividades associadas ao trauma como forma de mecanismo de

defesa contra a ansiedade gerada pelo fenômeno intrusivo por parte da vítima, o que pode ser o caso de Socorro.

Já Francisco evidencia em sua fala uma enorme visão negativa no que se refere ao seu pai, como observa-se no trecho:

[...] Da infância passamos para a adolescência com muito sofrimento, nosso pai além de não ter poder aquisitivo, era irresponsável. Eu e a socorro começamos a trabalhar muito cedo, ainda pequenos. Nosso pai, Geraldo saía para trabalhar fora de Natal e esquecia de voltar, enquanto isso, nossa mãe ficava sempre lutando para manter a gente no que podia. Por fim, Geraldo parou um pouco em casa, mas não tínhamos uma casa, porque quando ele começava a fazer uma, por um motivo ou outro vendia. (SOUZA, 2020, p. 6)

Maria do Socorro, além de sofrer a ausência do seu pai, acabou vendo essa ausência repercutir no seu arranjo familiar, ao observar no pai de seus filhos a mesma ausência percebida em Seu Geraldo. Socorro, sendo uma mãe solo, teve que trabalhar e cuidar da casa sozinha, sem o auxílio do pai dos filhos, que sequer ajudava na alimentação.

Eu era bem criança, por volta dos quatro anos, mas me recordo de minha mãe sentada numa máquina costurando noites adentro, produzindo roupas para vender. Mais tarde, quando eu tinha sete anos, o que mais me impressionava na minha mãe era ela ter a capacidade de suportar a duríssima e sobrecarregada jornada diária como empregada doméstica. Nessa época, posso dizer que presenciava quase que diariamente minha mãe sofrer os mais variados tipos violências. (SOUZA, 2020, p.14)

Notam-se na fala da autora, assim como em algumas falas de suas tias, um destaque qualidades da figura materna. O trabalho dobrado e precoce está presente na história de todas as “Marias” abordadas no texto, tal feito pode ser recorrente da esfera interseccional que circunda não só a família de Flávia Souza, autora do texto, mas em inúmeras famílias brasileiras que apresentam cerca de 37,3% de arranjos familiares constituídos por mulheres chefes de família, segundo dados disponibilizados pelo IBGE (2010).

A maternidade era encarada pela minha mãe como uma missão. Eu não estou falando da missão no sentido idílico da palavra. Mas, sim, no sentido de que havia um trabalho a ser feito; minha mãe tinha dois filhos para criar, portanto, nada a impediria de cumprir essa missão. Entretanto, é inescapável a ingerência sob a vida de todas as mulheres a ideia - construída socialmente - de maternidade que nos torna reféns de uma série de comportamentos e cobranças sociais. (SOUZA, 2020, p. 14)

A maternidade é sempre vista na sociedade patriarcal como uma obrigação a se exercer, ao passo que paternidade é vista como uma ação opcional que quando exercida ocorre de maneira surpreendente e gloriosa, fazendo com que homens sejam aplaudidos de pé ao cumprirem com deveres rotineiros de uma mãe feita por um roteiro patriarcal. O que segundo a autora Souza (2020), pode ser definido como “manual de boa mãe”, onde a mãe não deve reclamar e somente se doar inteiramente aos seus filhos, sendo esse o clichê repetido pelo senso comum. Ainda, para a autora, “[...] aquela mãe que trabalha, cuida dos filhos, cuida da casa, que dá conta de tudo sozinha, é um mito criado para garantir a nossa eterna obediência aos ditames patriarcais” (p. 14). E, que além disso, destaca-se também a culpa por ter agido ou não agido de maneira a cumprir com os objetivos da maternidade patriarcal/universal.

Socorro, segundo a autora, acabou performando a figura da mãe, segundo sua ideia patriarcal. E que mais do que performar, ela acreditou nessa personagem. E as pessoas ao redor de Maria do Socorro reforçavam a todo momento o papel da mãe indestrutível, a qual não era permitido chorar ou reclamar.

Maria da Glória relata que havia crescido com muito pouco, e que em consequência, não tinha acesso às informações, saúde, educação e direito. Sendo a única, dos cinco filhos de Maria Anunciada que conseguiu cursar uma universidade. Como pode-se observar no trecho: “Então o nosso pai, que era o provedor da família nos abandonou, eu acredito que eu tinha a idade de 5 anos. Passamos fome e meus irmãos maiores tiveram que assumir a subsistência da família. Por isso abandonaram os estudos”. (p. 17)

Ao ganhar mais idade, Glória conhece um rapaz que tempo depois se separa e com o intuito de resgatar a relação, tem um filho, como observa-se no trecho:

[...] Engravidei e ele não voltou. Mil pensamentos vieram a minha cabeça, de como eu ia criar o meu filho, de como eu ia me sustentar porque eu tinha fugido de casa, eu tinha abandonado a minha família mesmo com todo sofrimento era minha família. Eu estava grávida, e eu passei a minha gravidez toda sozinha. Nesse tempo ele se casou com outra e eu criei o Sérgio Henrique ornamentando igreja. (SOUZA, 2020, p.19)

Glória se responsabiliza pela gravidez e diz ter sido ingênua a expectativa de resgatar o relacionamento. Concomitante a ela, inúmeras mulheres são tomadas pelo sentimento de culpa após engravidarem, mas é importante ressaltar que independentemente do pensamento idealizado de Glória, o ato ainda sim foi consensual, portanto, todo o par deveria ser responsabilizado

igualmente no que diz respeito às consequências de tais atos, o que não aconteceu quando nasceu Sérgio.

Quando o Filho do casal entra na escola, Glória encontra diversas barreiras para conciliar o cuidado com o filho e o trabalho, visto que o pai de Sérgio também se negava a dar apoio material. Assim como Glória, inúmeras mães solas sofrem com o mesmo problema, por serem responsáveis pelo suprimento do lar, cuidados domésticos e cuidados com os filhos. Em alguns casos buscam na justiça o que seria um direito inquestionável, a chamada “pensão alimentícia”, porém, assim como ela, com o passar do tempo algumas dessas mães acabam abrindo mão desse direito constitucional antes mesmo do adolescente completar seus dezoito anos, com o intuito de amenizar a dor do filho em acompanhar a negação do pai em cumprir com o que deveria ser um dever.

Maria de Fátima é a única entre todos os filhos de Maria Enunciada e de Geraldo que não teve a oportunidade de se alfabetizar, e isso segundo a autora, seria por Fátima não ter tido chances de escolha, já que sua realidade na época se baseava apenas em trabalhar para sustentar os quatro filhos. Apesar dessa visão da autora, também vale destacar que, segundo Damiani e Colossi (2015 apud Fantinato e Cia, 2011), quanto maior a participação dos pais nas atividades escolares, culturais e de lazer dos filhos, maior o desempenho acadêmico dos filhos, ou seja, o fato de Fátima ser analfabeta e não ter se dedicado tanto em sua vida acadêmica também pode estar ligado a uma das consequências decorrentes da ausência paterna.

Outro fator interessante que Damiani e Colossi (2015 apud Fantinato e Cia, 2011) apontam seria a ideia de que a ausência dos pais nas atividades está ligada ao índice de problemas de comportamento, o que se pode observar em algumas falas da família de Maria Enunciada, principalmente quando se aborda a história de Maria de Fátima. Souza (2020) diz em seu texto que sua tia Fátima seria uma das filhas que apresenta um temperamento mais forte e que chegava a ter brigas homéricas com os pais dos filhos “[...] houve uma vez que a briga foi tão grave que ela quebrou o cabo da vassoura nas costas dele.” (p. 23)

E foi assim, lavando e passando roupas "para fora" e vendendo sacolé que minha tia criou os quatro filhos. Por ter de criar os quatro filhos sozinha e por conta da baixa escolaridade minha tia durante a maior parte de sua vida não conseguiu trabalhar com carteira assinada. E por conta do trabalho pesado ela adquiriu muitos problemas de saúde o que transformou a atual profissão de empregada doméstica num verdadeiro martírio. (SOUZA, 2020, p. 26)

Assim, percebe-se nas entrevistadas como mães, a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e como filhas, suas consequências a partir de vivências sem a figura paterna. Vale destacar

que, para essas mulheres, assim como defende Redinz e Bernardes (2014), é imprescindível que o conceito de interseccionalidade seja considerado no momento da elaboração de novas leis para defesa das mulheres que vivem nessa situação interseccional, assim como, no momento do desenvolvimento de políticas públicas, principalmente as que são relacionadas à igualdade, além das ações voltadas para o efetivo combate ao racismo, à discriminação sexual e às muitas formas de opressão, que assolam milhares de mulheres não somente no Brasil, mas também no mundo, destacando-se como principais vítimas mulheres negras e pobres, tendo em vista a existência ainda de muitas formas de opressão e de desrespeito a esse grupo populacional.

Vale ressaltar, que mesmo na mídia ainda existem inúmeros casos famosos relacionados ao abandono paterno. Um desses, seria o caso do cantor e compositor Justin Drew Bieber, que chegou a ser abordado na mídia diversas vezes como “garoto problema”. Recentemente em um documentário produzido em parceria com o YouTube, Justin relata:

Eu nunca tive segurança na família. Nunca tive essa consistência. Eu nunca tive a confiabilidade e a responsabilidade e todas essas coisas que fazem você entender como o mundo funciona. Eu era um bom garoto, mas eu era tipo, um “cabeça de merda”. Eu ia mal na escola, sempre fui um palhaço da turma, nunca respeitei a autoridade. Eu era tipo, um bom garoto, mas tipo, meus treinadores não gostavam de mim porque eu era um mau jogador em equipe. Você sabe, olhando para atrás, essas coisas formam o jeito que uma pessoa se sente sobre si mesma. Tipo, eu me sentia uma pessoa ruim. [...] A verdade é que eu nunca tive as ferramentas. Meus pais nunca me deram as ferramentas para ser um bom jogador em equipe. (The dark season , 2020, min.: 4:00, tradução nossa)<sup>1</sup>

A relação conturbada entre a mãe e pai de Justin pode ser entendida como um fator que acabou colaborando para que ele tivesse dificuldades em agir num coletivo, por exemplo. Segundo Damiani e Colossi (2015, apud CIA, WILLIAMS & AIELLO, 2005) problemas comportamentais decorrentes de pais ausentes já estão presentes na pré-escola e podem persistir ao longo da vida escolar, revelando resultados negativos, incluindo baixo desempenho acadêmico, aumento do risco de uso de drogas, relacionamento fraco com os pares, depressão, ansiedade, instabilidade emocional e externalização de comportamentos problemáticos, tais aspectos defendidos pelas

---

<sup>1</sup> I never had that security in the family. I never had that consistency. I never had the reability and the accountability and all these things that make you understand the way the world works. I was a good kid, but I was like, a "shithead". I was bad in school, I was always a class clown, I never really respected authority like that. I was like, a nice kid, but like, my coaches didn't really like me because I was a bad team player. You know, looking back, those things kind of shape why you feel the way you feel about yourself. Like, I would feel like I'm a bad person. [...] The truth is I never had the tools. My parents never gave me the tools to be a good team player. (The dark season , 2020, min. 4)

autoras podem facilmente ser atribuídos ao histórico de Justin desde a pré-escola, principalmente ao notarmos sua dificuldade em respeitar autoridades e agir num coletivo durante a infância.

O cantor até uns anos atrás também era conhecido por sua grande lista de companheiras, pelo uso de drogas e atitudes violentas problemáticas que resultaram em inúmeras críticas por parte da mídia em relação ao comportamento do jovem, algumas dessas atitudes fizeram até mesmo que o cantor viesse a ser detido aos seus 19 anos por dirigir sob influência de drogas ou álcool e participar de uma corrida de carros numa avenida de Miami Beach, no estado americano da Flórida. Nesse caso, Justin teria gritado palavrões para os policiais, exigindo saber por que estava sendo parado. Ele saiu do carro, mas se recusava a tirar as mãos do bolso para ser revistado, berrando com o agente que tentava apalpar suas calças em busca de armas. Em seguida, o policial deu voz de prisão (O GLOBO, 2014).

Pattie Mallette, mãe de Justin Bieber, era uma criança quando o criou. Ela tinha uma relação conflituosa com o pai dele. E então, havia um estresse crônico, conforme abordado em *The dark season* e no livro *Nowhere but Up: The Story of Justin Bieber's Mom* (2012), onde Pattie conta sua história. Dentre os diversos relatos em seu livro, ela destaca sua dificuldade como mãe solo que acabava de descobrir no auge dos seus 18 anos a arte do modo de sobrevivência. No capítulo 10 de seu livro, Pattie relata alguns momentos difíceis nos primeiros anos de vida do Justin, como o receio em não conseguir pagar a creche para o filho ou o medo em faltar fraldas, além da insegurança a respeito do seu futuro.

Conforme relatado em seu livro, Jeremy e ela tiveram momentos difíceis no início da vida de Justin. Havia momentos em que ele fazia planos para ver Justin, e não aparecia. Pattie diz que seu coração se quebrava em assistir seu filho sentado nos degraus da frente de sua casa por horas, esperando por seu pai. Tendo que lutar contra as lágrimas quando ouvia Justin perguntar por horas se o pai estaria vindo, ao passo que Pattie sempre inventava desculpas e fingia que algo tinha acontecido, tranquilizando Justin repetidamente que papai ainda o amava e que o veria na próxima vez. Outro fator interessante é que Pattie relata ter se questionado também sobre sua escolha, já que ela sabia como era crescer sem pai. Ou seja, além dela sofrer durante sua vida pela ausência paterna como filha, também sofria como mãe ao notar a reprodução da ausência de um personagem fundamental para o desenvolvimento saudável de seu filho. A sensação de incapacidade de Pattie mediante a ausência paterna representa inúmeras mães que tentam buscar justificativas para a não-visita tão desejada dos filhos, principalmente durante a infância. Junto com a incapacidade e

incerteza sobre o futuro, Pattie mostra em suas falas um sentimento de culpa, assim como as outras mães abordadas nesse capítulo.

Damiani (2015) refere que a quebra do vínculo afetivo e da convivência com o pai parece suscitar sentimentos de abandono, rejeição e culpa, colocando em risco a formação de novos vínculos. Portanto, percebe-se a influência de Jeremy na vida de seu filho, mesmo durante anos. Após a infância sem o pai, nota-se uma relação pai-filho mais presente, entretanto, tal fator não foi suficiente para que o Justin não carregasse consigo consequências graves em sua trajetória de vida, mesmo que atualmente o cantor tenha se distanciado de tantas polêmicas, pode ser percebido em falas atuais e nas letras de suas músicas uma grande culpa e arrependimento por tais ações problemáticas feitas ao longo de sua juventude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os fatores históricos em que a nossa sociedade foi firmada, entende-se o motivo para que ainda exista uma naturalização do abandono paterno, acarretando em raros extintos debates sobre o tema. Pode-se constatar que a influência de uma sociedade historicamente patriarcal e racista deixa incontáveis legados negativos, principalmente para a mulher, negra, pobre e não-hétero, que sofre indiscutivelmente graves consequências associadas às condições de vida em que estão inseridas. Percebe-se, portanto, que a repercussão do patriarcado, além de afetar esses indivíduos, afeta também inúmeras crianças vítimas de um fator estruturalmente ligado ao patriarcado: o abandono paterno.

Conforme abordado nos capítulos anteriores, diferentes formas de abandono paterno se vinculam à múltiplas consequências nas trajetórias de vida. Destacamos o momento inicial que configura a ausência paterna: proibição da mãe, falecimento do pai, por ser filho(a) fora do casamento. Cabe também considerar as relações externas associadas à construção de vínculos de confiança e segurança, a espécie de abandono (material, intelectual e/ou afetivo) e a intensidade vivenciada de cada abandono. Dessa maneira, todos esse fatores influenciam diretamente na forma pelo qual o filho lida com a falta da figura paterna.

Foram relatados e percebidos como supostas consequências da ausência paterna a ansiedade, a dificuldade de se relacionar, especialmente com parceiro afetivo, sentimentos de cobrança por uma necessidade de segurança excessiva e idealizada, expectativa de uma mudança repentina do pai, insegurança alimentar, inserção no mercado de trabalho precoce, baixa escolaridade, criminalidade e uso de drogas, idealização de família, culpa e insegurança em ter filhos.

Foi possível perceber que as mães e demais representantes da figura materna arcam com as diversas consequência do abandono paterno, tais como a dupla jornada de trabalho, trabalhos precarizados, baixa escolaridade, maternidade encarada como uma missão, problemas de saúde em decorrência do trabalho excessivo, ausência de tempo para dedicar-se a si mesma e cobrança/julgamento por parte da sociedade.

Assim, a partir dos aspectos mencionados anteriormente, noto em minha trajetória de vida uma ligação com as pessoas citadas no decorrer dessa monografia, como a insegurança em ter filhos, medo de confiar em figuras masculinas, ter desenvolvido ansiedade, apresentar durante boa

parte da minha infância e adolescência dificuldade em falar sobre o meu pai, culpa e uma idealização de família.

Portanto, concluímos que se faz necessária a problematização acerca de abandono paterno, já que se nota graves consequências nas trajetórias de vida de cada indivíduo que sofre/sofreu com a ausência paterna. Percebe-se, a partir do que foi abordado durante essa pesquisa, a necessidade de minimizarmos as consequências danosas da ausência paterna nas trajetórias de vida a partir de uma ampliação de debates sobre o tema e a elaboração de novas leis que contemplem as necessidades de cada filho e suas respectivas mães, que também acabam por serem penalizadas pelo sistema que lhes reserva tantos constrangimentos. Tal feito fará com que esse desamparo não se perpetue ainda mais, permitirá que a situação não siga naturalizada e mova cada dia questões mais profundas sobre a construção social tão desigual de nossos lugares de fala.

## REFERÊNCIAS

ARAGAKI, Caroline. **O abandono afetivo paterno além das estatísticas**. Instituto de psicologia, 2019. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/site/noticia/o-abandono-afetivo-paterno-alem-das-estatisticas/> . Acesso em: 27 de maio de 2020.

BILAC, Elisabete Dória. **O “homem de família”: conjugalidade e paternidade em camadas médias nos anos 90 2000**. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, do 24º Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis.

BIROLI, Flavia. Justiça e família. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. P. 47-61.

CÂMARA FILHO, José Waldo s; SOUGEY, Everton B. Transtorno de estresse pós-traumático: formulação diagnóstica e questões sobre comorbidade. **Brazilian Journal Of Psychiatry**, Recife, v. 23, n. 4, p. 221-228, ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/VmVFLnd8xyyW5DPBDKmdhDp/?lang=pt#> . Acesso em: 22 set. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CNJ: **Programa Pai Presente completa cinco anos e se consolida no país**, 6 de ago. de 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programa-pai-presente-completa-cinco-anos-e-se-consolida-no-pais/> . Acesso em: 25 de maio de 2021.

DAMIANI, Camila Ceron; COLOSSI, Patrícia Manozzo. **A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos**. Pensando fam., Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 86-101, dez. 2015 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200008&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 27 maio 2020.

DESLANDES, Suely e COUTINHO, Tiago. **Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro, 2020.

**EU TE ESPEREI.** Direção: Bruno Chiarioni. Produção: Fernanda Lourenço, Gabriela Ferraz, Gabriela Araújo, Gabriela Gonçalves, Rodrigo Calado, Soraia Victor. Intérprete: Hugo Gama, Jennifer Barros, Sérgio Lourenço, Stephanie Ribeiro. Roteiro: Edgar Nascimento. Fotografia de Gabriela Araújo, Soraia Victor. São Paulo: YouTube, 2018. 1 vídeo (26:47). Disponível em: <https://youtu.be/vefROhty4dA> . Acesso em: 27 ago. 2021.

FINAMORI, Sabrina. **Os sentidos da paternidade = dos "pais desconhecidos" ao exame de DNA.** 2012. 330 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280378> . Acesso em: 02 de set. 2021.

FINAMORI, Sabrina. **Família e cuidado em narrativas de vida marcadas pela ausência paterna.** Revista PerCursos. Florianópolis, v. 14, n.27, p. 87 - 115, jul./dez. 2013.

FINAMORI, Sabrina; FERREIRA, Flávio. **CUIDADO E FAMÍLIAS: TRAMAS E INTERSEÇÕES.** Londrina: Mediações, v. 23, n. 3, dez. 2008.

GROSSI, M. P. . **Gênero e Parentesco: Famílias Gays e Lésbicas no Brasil.** Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, v. 21, p. 261-280, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

**JUSTIN BIEBER É PRESO POR ‘DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA’ DE ÁLCOOL OU DROGAS E APOSTAR CORRIDA: Cantor foi detido em Miami numa Lamborghini alugada, após deixar boate. Com carteira vencida, ele teria resistido a prisão.** Rio de Janeiro, 23 jan. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/megazine/justin-bieber-presos-por-dirigir-sob-influencia-de-alcool-ou-drogas-apostar-corrida-11380007>. Acesso em: 28 fev. 2022.

KAMERS, Michele; BARATTO, Geselda. O discurso parental e sua relação com a inscrição da criança no universo simbólico dos pais. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 24, p. 40-47, 2004.

MALLETTE, Pattie et al. **Nowhere but Up: The Story of Justin Bieber's Mom**. Canadá: Fleming H Revell Co, 2012. 220 p.

MARIA SGANZERLA, Ilciane; CENTENARO LEVANDOWSKI, Daniela. **Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: análise da literatura**. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 295-309, ago. 2010. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167711682010000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682010000200005&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 02 set. 2021.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **A nova família, de novo – Estruturas e função das famílias contemporâneas**. Revista Pensar. Universidade de Fortaleza. v. 18, n. 2, p. 587-628, mai/ago de 2013, Fortaleza/CE.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. , Rio Grande do Sul, ano 2006, v. 18, n. 1, p. 49-55, 27 jul. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/?lang=pt#>. Acesso em: 9 ago. 2021.

OLIVEIRA, Rônison de Souza de. AS MÃES DOS “FILHOS DA MÃE” EM TEFÉ/AM: A ILUSÃO DOS IMPACTOS DA AUSÊNCIA. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

REDINZ, Marco Antonio, BERNARDES, Márcia Nina. **Trabalhadora Doméstica - Patriarcalismo, interseccionalidades de gênero e raça e situação no mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Stephanie. **Julguem homens que abandonam seus filhos, isso diz muito sobre nós**. Geledes, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/julguem-homens-que-abandonam-seus-filhos-isso-diz-muito-sobre-nos/> . Acesso em: 24 de abril de 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. **A FAMÍLIA COMO ORDEM MORAL**. Cad. Pesq., São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

SOUZA, Flávia de Assis. **Memórias, histórias e Escrevivências: a mãe em primeira pessoa**. 2020. 119 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SUTTER, C.; MALUSCHKE, J. S. N. F. B. **Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa**. *Psico*, v. 39, n. 1, 21 maio 2008.

TAMATE, M. E. de O. **A construção do self na narrativa de filhos de pais ausentes**. Monografia (Ciências sociais). 61 p. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

\_\_\_\_\_. **Dádiva e expressão de cuidado: a pensão alimentícia na narrativa de filhos de pais ausentes**. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, do 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021.

**The dark season** (Temporada 1, ep. 5). Direção: Michael D. Ratner. Produção: OBB pictures. Youtube, 2020. 1 vídeo (16:50 min). Disponível em: <https://youtu.be/Uz2-nYKCFIo> . Acesso em: 25 fev. 2022.

WEISHAUP, Gisele Carla; SARTORI, Giana Lisa Zanardo. **Consequências do abandono afetivo paterno e a (in) efetividade da indenização**. Revista Perspectiva Erechim, Erechim-RS, p. 17-28, 2014.